

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho de Planejamento da Universidade Federal de São Paulo realizada no**
2 **dia 19 de abril de 2016.**

3 Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo, a rua Sena Madureira,
4 1500, no auditório do prédio da Reitoria, térreo, reuniram-se os senhores membros do Conselho de
5 Planejamento em sessão ordinária sob a presidência do Prof. Esper Abrão Cavalheiro, Pró-Reitor de
6 Planejamento. Membros titulares presentes: André Roberto de Arruda Machado, Andrea Rabinovici, Caetano
7 Marques de Olinda Lima, Esper Abrão Cavalheiro, Gabriela de Breláz, Georgia Mansour, Haluane Santana de
8 Oliveira, João Miguel de Barros Alexandrino, Juliana Mateusa Meira Cruz, Luciana Massaro Onusic, Marcelo
9 Baptista de Freitas, Mariana Costa de Souza, Paulo Roberto Fernandes, Pedro Fiori Arantes (Pró-Reitor
10 Adjunto de Planejamento), Sonia Maria Garcia Vigeta, Sylvia Helena de Souza da Silva Batista. Membros
11 titulares que justificaram ausência e foram representados: Carlos Alberto de Oliveira Couto (suplente: Ivani
12 Lucia Leme), Daniel Arias Vazquez (representante: Jorge Luiz Barcellos da Silva), Edison Maneschi Junior
13 (suplente: Alex de Carvalho Matos), Elisangela Marina dos Santos (suplente: Debora Nunes Lisboa), Erika
14 Kyushima Solano (suplente: Jumile dos Santos Moreira), Florianita Coelho Braga Campos (substituta: Raquel
15 Furuie), Janine Schirmer (substituta: Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro), Maria Angélica Pedra Minhoto
16 (substituta: Jacqueline Luz), Maria Fernanda Salgado Santos Mattos Pereira (suplente: Alisson Ortiz Rigitano),
17 Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni (substituta: Débora Amado Scerni), Rosana Fiorini Puccini (substituta:
18 Beatriz Amaral de Castilho), Sinara Aparecida Farago de Melo (representante: Maria José Medina). Membros
19 titulares que justificaram ausência: Fernando Ramos Martins, Rodrigo Turini Catta Preta, Samuel Goihman.
20 Membros titulares que não justificaram ausência: Anderson Migri da Cunha, Emerson Stefanovicus D'Anela,
21 Isabel Cristina Kowal Olm Cunha, Leandra Mendes da Silva, Luiz Leduíno de Salles Neto, Maria José Fernandes,
22 Mariana Neubern de Souza Almeida, Nilce Manfredi, Rimarcs Gomes Ferreira, Rosemarie Andrezza, Thiago
23 Souza Coelho, Virginia Junqueira. Convidados: Daniel Campos de Carvalho (Coordenador de Elaboração do
24 Orçamento), Magali Aparecida Silvestre (Coordenadora de Sistemas de Avaliação e Acompanhamento) e
25 Marilda Yassuda Umeda Guerra (diretora do Departamento de Gestão Orçamentária). Após assinatura da
26 folha de presença e constatando-se quórum com 28 membros presentes o Sr. Presidente deu início à sessão.
27 **EXPEDIENTE: 1. Aprovação da ata da reunião ordinária de 27/02/2016:** aprovada sem ressalvas, com 18
28 votos favoráveis e 6 abstenções. **2. Informes: 2.1) Empréstimo do BID:** o Sr. Presidente informa que o
29 governo federal autorizou o MCTI a contrair empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento
30 para apoio às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. A proposta consiste no repasse de recursos no
31 valor total de US\$ 1,4 bilhões para investimentos no setor, por um período de 5 anos a partir de 2017. **2.2)**
32 **Aprovação do PDI 2016-2020, em sessão do Consu de 13/04/2016 :** o Pró-Reitor de Planejamento informa
33 que, após a homologação do PDI 2016-2020 no Conselho Universitário, a equipe juntamente com a Reitoria
34 vão começar a trabalhar em sua implementação, a partir das diretrizes e metas estabelecidas. O documento
35 foi aprovado pela maioria dos membros do colegiado com algumas ressalvas, como lacunas em alguns itens e
36 reivindicações setorializadas. Não foram discutidos os aspectos conceituais do Plano, que inova em muitos
37 sentidos em relação à sua versão anterior ao problematizar o papel atual da Universidade, a importância do

38 projeto político-pedagógico institucional, as relações de poder e a transição de um modelo multicampi para
39 intercampi. Ao destacar o Plano como instrumento que manifesta o papel socialmente referenciado da
40 Universidade, o Pró-Reitor de Planejamento enfatiza a responsabilidade da Unifesp frente à sociedade que a
41 financia, com a oferta de cursos inovadores que busquem instigar e transformar a vida dos jovens. A Profª
42 Beatriz Castilho observa que partes do texto ainda são passíveis de correção, como o organograma e o
43 subitem sobre os órgãos complementares, cujas atribuições demandam melhor discussão nos fóruns
44 competentes. Reitera a revisão desses itens. Em resposta o Prof. Esper reconhece a falta de discussão prévia
45 quanto aos órgãos complementares e a interpretação heterogênea em torno de seus objetivos, quando da
46 elaboração do PDI. Por outro lado destaca o caráter aberto do Plano que expressa o diagnóstico institucional
47 e, que evita estabelecer definições estanques. Ao contrário, é um documento de proposição de discussões
48 que se completa em um período de cinco anos. Nas metas e diretrizes, por exemplo, há menção para a
49 estrutura desejada na Universidade, em termos de manutenção ou não de órgãos, disciplinas e outras
50 estruturas pedagógicas. Além do planejamento projetado para os cinco anos, a ideia também é realizar um
51 Plano de Ação Anual detalhado, composto de cronograma, metas e necessidades orçamentárias. O Prof.
52 Pedro Arantes reforça o caráter de referência permanente para a tomada de decisão em que o PDI se reveste,
53 e de como o planejamento orçamentário deverá guardar correspondência ao Plano. Até 25 de abril
54 a secretária do Consu irá receber sugestões dos diretores dos campi para a versão aprovada. Para além da
55 efetivação do Plano será preciso também a formação de uma Comissão de Acompanhamento de
56 Implementação do PDI – na sessão do Consu já foram indicados dois membros, os professores Christina
57 Andrews (representante dos professores adjuntos) e João Miguel de Barros Alexandrino (diretor acadêmico
58 do campus Diadema). Ao CoPlan caberia se debruçar sobre as diretrizes e metas estipuladas no PDI, discutir
59 quais delas seriam mais prioritárias do que outras, desenhar as possíveis ações e quais seriam os atores
60 destacados para esse processo. Para a Comissão de Acompanhamento o Pró-Reitor de Planejamento solicita
61 aos senhores conselheiros deliberar sobre a formação de uma comissão mista Consu – CoPlan na presente
62 sessão, ao que alguns membros opinaram pelo adiamento da decisão para melhor discussão em uma próxima
63 sessão. O Pró-Reitor de Planejamento então propõe a constituição da Comissão de Acompanhamento de
64 Implementação do PDI 2016-2020 para a reunião ordinária de 21 de junho e pede a todos que estudem o
65 documento até aquela data. **2.3) Resultados preliminares do Grupo de Trabalho – Orçamento de Capital:** O
66 Prof. Daniel Carvalho, Coordenador de Elaboração do Orçamento da ProPlan, faz um resumo dos trabalhos do
67 GT desde a sua criação pelo CoPlan, em 23 de fevereiro, com a tarefa de encaminhar ao Colegiado proposta
68 de critérios e diretrizes para a distribuição de orçamento de capital, além de fornecer balizas para o debate
69 institucional. A equipe da ProPlan criou um formulário (ficha técnica) para cadastramento das demandas de
70 investimento, foram realizadas Mesas Técnicas com os campi para dar esclarecimentos quanto ao seu
71 preenchimento, e realizado um levantamento preliminar de informações que serão analisadas pelo Grupo.
72 Até o momento foram entregues 78 fichas (há uma previsão de recebimento de mais 56 fichas). Resumo das
73 propostas apresentadas por campus (etapa atual: livre demanda de pleitos e avaliação técnica preliminar - os
74 pleitos e valores para 2016 e 2017 encontram-se ainda em avaliação): Guarulhos: valor empenhado em 2015

75 R\$ 10.926.196,00; valor pleiteado para 2016: R\$ 16.567.124,93; valor pleiteado para 2017: R\$ 7.683.333,33;
76 Diadema: valor empenhado em 2015: R\$ 4.336.481,00; valor pleiteado para 2016: R\$ 13.890.880,07; valor
77 pleiteado para 2017: R\$ 41.402.000,00; Baixada Santista: valor empenhado em 2015: R\$ 14.800.510,00; valor
78 pleiteado para 2016: R\$ 21.363.063,52; valor pleiteado para 2017: R\$ 44.600.000,00; São Paulo: valor
79 empenhado em 2015: R\$ 11.123.640,00; valor pleiteado para 2016: R\$ 24.886.755,29; valor pleiteado para
80 2017: R\$ 45.707.337,54; São José dos Campos: valor empenhado em 2015: R\$ 1.036.109,00; valor pleiteado
81 para 2016: R\$ 8.342.740,65; valor pleiteado para 2017: R\$ 300.000,00; Osasco: valor empenhado em 2015: R\$
82 2.089.326,00; valor pleiteado para 2016: R\$ 17.006.791,74; valor pleiteado para 2017: R\$ 47.866.874,68; Zona
83 Leste: valor empenhado em 2015: R\$ 3.343.252,35; valor pleiteado para 2016: R\$ 9.614.463,65; valor
84 pleiteado para 2017: R\$ 40.392.284,00; Reitoria/Institucional: valor empenhado em 2015: R\$ 2.373.423,00;
85 valor pleiteado para 2016: R\$ 567.831,95; saldo pleiteado para 2017: R\$ 650.000,00. Próximas etapas do
86 trabalho: aperfeiçoamento do instrumento metodológico com proposta de critérios para a distribuição do
87 orçamento de capital 2016; encaminhamento da proposta do GT à reunião ordinária do CoPlan de 21 de
88 junho; encaminhamento da proposta orçamentária de 2017 ao MEC na primeira quinzena de julho;
89 agendamento de reuniões em Brasília para liberação de orçamento de capital (parcela contingenciada) e
90 negociações de balcão com apresentação de Plano de Trabalho. Portaria nº 3.570, de 17/11/2015: a
91 comissão mista Proadm – ProPlan, que tem como atribuição o levantamento de distribuição de recursos de
92 capital por campus e por ação durante o período da expansão (2005 a 2015), deve apresentar seus primeiros
93 resultados no mês de junho. Esse trabalho, somado às atuais iniciativas de planejamento, visam o
94 estabelecimento de um fluxo de médio e longo prazo e a uma situação de equilíbrio orçamentário entre os
95 campi. Após a apresentação os senhores conselheiros formularam perguntas e expressaram suas opiniões. A
96 estudante Mariana Souza pergunta se as fichas técnicas estão disponíveis apenas às diretorias dos campi, pois
97 existem espaços como o Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos onde só alunos têm acesso.
98 O Prof. Pedro Arantes responde que poderá estudar com a equipe da ProPlan àquelas situações nas quais os
99 órgãos colegiados não têm poder de deliberação. Com a palavra a Profª Sylvia Batista pergunta sobre o saldo
100 projetado para 2017 para o campus Baixada Santista constante na planilha. Em seu entendimento os
101 trabalhos do GT deveriam acompanhar melhor a dinâmica interna dos campi. A diretora do campus Baixada
102 Santista pede para registrar em ata que não foi solicitado ao campus informar sobre o orçamento de 2017, e o
103 debate sobre a matéria ainda não foi realizado na Congregação do ISS. O Prof. Pedro esclarece que no
104 momento está sendo validado o orçamento de 2016 e a peça de 2017 ainda está em elaboração. 80% dos
105 gastos previstos pode não ser consumido em 2016 mas apenas em 2017 e, em algumas situações
106 ultrapassarão aquele ano, ou seja, determinadas ações deste exercício ainda impactarão no orçamento de
107 anos subsequentes. A Sra. Georgia Mansour, Diretora Administrativa do campus São José do Campos, enfatiza
108 a importância de participação de membros da administração dos campi no GT, pois estes possuem o
109 conhecimento técnico necessário ao planejamento e contribuem para que as informações dos campi sejam
110 alinhadas ao trabalho do GT. Aproveita para indicar a servidora Debora Nunes Lisboa, que assumirá a diretoria
111 administrativa do campus nos próximos dias. O Prof. João Alexandrino apoia a formação de uma comissão

112 independente, sem membros ligados à gestão. Em sua opinião deveria haver um Conselho Fiscal, seguindo o
113 princípio do controle externo. Também destaca o papel pedagógico e inovador do GT no sentido de promover
114 o entendimento do funcionamento do orçamento universitário. O Pró-Reitor Adjunto de Planejamento
115 lembra que a Instituição dispõe de um Conselho Curador que é responsável pela aprovação da prestação
116 anual de contas da Unifesp. Outros órgãos de controle que têm esse papel de fiscalização dos atos da gestão
117 são a Auditoria Interna e externos, como TCU, CGU e Ministério Público. Em relação à constituição do GT o
118 Prof. Pedro informa que este continua a aberto a novas adesões. A Profª Magda Balieiro propõe um fluxo de
119 trabalho onde os resultados do GT retornassem aos campi para serem validados, o que daria respaldo ao
120 grupo. O Prof. André Machado, membro do GT, compreende a preocupação dos diretores mas ressalta que se
121 pode perder o foco do objetivo do Grupo, cujo papel não é decisório, mas de estudar as possibilidades em se
122 criar ou não critérios de prioridade para as demandas de capital em um cenário de pouca previsibilidade e
123 recursos escassos. Algumas questões já levantadas pelo Grupo dizem respeito à experiência de
124 descentralização de recursos aos campi e a possibilidade de realocação de recursos para demandas mais
125 emergenciais ou contingentes. Uma tentativa para envolver mais atores na discussão talvez fosse convidar os
126 representantes das diretorias dos campi para participar das reuniões ou mesmo o Grupo visitar cada campus.
127 A Profª Beatriz vê dificuldades em uma discussão de competências do GT. Compreende que sua atribuição é
128 compilar e avaliar as demandas de capital e seu caráter não é decisório. Vê também complexidade na
129 composição do GT – no caso do campus São Paulo, além de representante da direção administrativa, caberia
130 ainda a representação da direção de infraestrutura e das diretorias das Unidades. Aponta a diversidade de
131 prioridades em cada campus e o desafio em se criar critérios únicos para todos os campi. Avalia que as
132 reuniões dos diretores acadêmicos dos campi e das unidades com a Reitoria ainda são fundamentais para
133 planejar o uso dos recursos. Neste momento o GT ater-se-ia apenas a compilar os dados, entender todo o
134 processo de orçamento de capital, e talvez propor um outro fluxo para 2017. A Profª Sílvia propõe que se
135 visite os campi. Informa também que irá rever as planilhas do campus Baixada Santista junto com os
136 representantes do campus no GT. **ORDEM DO DIA: PLANO DE GESTÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE**
137 **AVALIAÇÃO (CPA):** A Profª Magali Silvestre, Coordenadora de Sistemas de Avaliação e Acompanhamento, e
138 Vice-Presidente da Comissão Própria de Avaliação, atualiza o CoPlan sobre os trabalhos da CPA e a elaboração
139 de seu Plano de Gestão. Para introduzir o tema a Profª Magali explica em linhas gerais as três grandes
140 dimensões envolvidas na Avaliação Educacional, a saber, 1ª) a avaliação do sistema educacional, 2ª) a
141 avaliação institucional e 3ª) a avaliação da aprendizagem, bem como as atribuições do SINAES - Sistema
142 Nacional de Avaliação da Educação Superior. A existência da CPA é obrigatória nas IES cabendo a ela
143 coordenar o processo de autoavaliação institucional, orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação
144 institucional da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior). No momento a Unifesp passa
145 por processo de credenciamento institucional e dá início ao ciclo avaliativo de 3 anos (2016 a 2018) que
146 abrange a autoavaliação institucional, a avaliação externa de cursos e a avaliação de desempenho do
147 estudante (Enade). Sob a presidência da Profª Ieda Maugeri desde 2013, a CPA teve seu regimento aprovado
148 pelo Consu em 2014 e em 2015 o colegiado aprovou a composição de membros que tem representação de

149 todos os campi entre docentes, TAEs e discentes. Além da Comissão Central existem as subcomissões nos
150 campi, e todos estão comprometidos em criar uma cultura de avaliação e de acompanhamento permanente
151 dos processos avaliativos na Universidade. A Profª Magali destaca o papel fundamental do Projeto Político
152 Pedagógico articulado às três dimensões da Avaliação Educacional, bem como do alinhamento necessário dos
153 trabalhos da CPA ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Para dar conta dessa tarefa a CPA – Unifesp está
154 elaborando o seu Plano de Gestão, que contempla diretrizes estratégicas, objetivos estratégicos, metas e
155 ações táticas. São três as diretrizes estratégicas: 1. Consolidação da CPA na Instituição de acordo com o
156 regimento aprovado no Consu (objetivos estratégicos: elaborar Plano de Gestão da CPA envolvendo os
157 diversos campi e pró-reitorias; implementar Plano de Gestão da CPA para os próximos 5 anos, em
158 consonância ao PDI e considerando o ciclo avaliativo 2015-2018 (Sinaes); apoiar as CPAs locais em todos os
159 campi); 2. Elaboração e execução do Projeto de Autoavaliação de acordo com o SINAES (objetivos
160 estratégicos: estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação das atividades da
161 Universidade e de acordo com o PDI e o PPI; elaborar e implementar o projeto de autoavaliação institucional
162 com base na análise da realidade institucional); 3. Desenvolvimento de cultura de autoavaliação institucional
163 (objetivos estratégicos: envolver os órgãos colegiados institucionais e pró-reitorias na divulgação e
164 implantação de uma política de avaliação institucional; planejar e desenvolver atividades de sensibilização da
165 comunidade com ampla divulgação de todas as atividades desenvolvidas pelas CPAs). A fim de se atingir os
166 objetivos estratégicos, três grupos de trabalho foram destacados para desenvolver ações táticas e alcançar o
167 cumprimento de metas. A ideia é que o próprio Plano de Gestão também se submeta a uma autoavaliação.
168 Profª Magali reitera a maior participação dos campi e da representação discente nesse processo. A Profª
169 Sylvia Batista agradece e parabeniza o trabalho da CPA que muito colaborou no processo de reconhecimento
170 dos cursos do campus Baixada Santista. Também destaca a dificuldade da comunidade em se apropriar dos
171 instrumentos de avaliação disponíveis. O Prof. João Alexandrino propõe que a CPA também esteja articulada
172 com a Comissão de Acompanhamento da Implementação do PDI, que será designada em próxima reunião.
173 Constata a fragmentação do sistema social da Universidade por não haver uma base de comunicação, e alerta
174 sobre a necessidade em se pensar na resolução desse problema. Quanto à falta de comunicação o Pró-Reitor
175 de Planejamento retoma a ideia de instalação de TVs nas áreas de grande circulação da Universidade, que
176 pudessem veicular as notícias institucionais, como os trabalhos do CONSU, CPA, demais órgãos colegiados e a
177 divulgação de novos cursos, por exemplo. A Profª Magali lembra que o comparecimento às reuniões da CPA
178 tem caráter obrigatório, além de ter precedência sobre qualquer outra atividade institucional. Ao final de sua
179 apresentação, a Vice-Presidente da CPA aproveita para divulgar a criação da Rede de Apoio à Docência no
180 Ensino Superior (RADES) durante o III Congresso Nacional de Formação de Professores realizado em Águas de
181 Lindóia, entre os dias 11 e 13 de abril. A adesão à rede poderá ser por via institucional ou individual, e é uma
182 oportunidade para contribuir com a implementação de uma das ações postas no PDI. Todas as apresentações
183

5

184 do dia estarão disponíveis no sítio eletrônico da ProPlan. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por
185 encerrados os trabalhos do dia. Para constar, eu, Eunice Akiyama, secretária, redigi a presente ata que, após
186 aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente.

187

188

189

190

Eunice Akiyama

191

Secretária

192

193

194

195

Prof. Dr. Esper Abrão Cavalheiro

196

Pró-Reitor de Planejamento

197

Presidente do Conselho de Planejamento